

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

REQUERIMENTO Nº , DE 2008 (Do Sr. José Carlos Araújo)

Requer que sejam convidados a comparecer em reunião de audiência pública nesta Comissão o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, dr. Inácio Afonso Kroetz, o ex-Secretário do mesmo órgão, dr. Gabriel Maciel, o dr. Celso Roberto Versiani Velloso, do DIPOA/MA, o Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite Longa Vida, dr. Welligton Silveira de Oliveira Braga, o dr. Paulo Henrique Fonseca da Silveira, professor da EPAMIG- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais e do Instituto Cândido Tostes, e o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Dr. Ricardo Morishita Wada, a fim de prestarem esclarecimentos sobre a adulteração do leite detectada pela “operação ouro branco” da Polícia Federal, seus desdobramentos para o consumidor e o mercado, estágio atual das investigações e providências adotadas pelos órgãos competentes.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requero a V. Exa., ouvido o Plenário, que sejam convidados a comparecer em reunião de audiência pública a ser realizada nesta Comissão o Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, dr. Inácio Afonso Kroetz, o ex-Secretário do mesmo órgão, dr. Gabriel Maciel, o dr. Celso Roberto Versiani Velloso, do Departamento

de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura-DIPOA/MA, o Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite Longa Vida, dr.Welligton Silveira de Oliveira Braga, o dr. Paulo Henrique Fonseca da Silveira, professor da EPAMIG- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais e do Instituto Cândido Tostes, e o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, Dr. Ricardo Morishita Wada,a fim de prestarem esclarecimentos sobre a adulteração do leite detectada pela “operação ouro branco” da Polícia Federal, seus desdobramentos para o consumidor e o mercado setorial , o estágio atual das investigações e providências adotadas pelos órgãos competentes.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo do presente requerimento é retomar as discussões sobre os desdobramentos para o consumidor e para o mercado setorial de leite, da operação realizada pela Polícia Federal, denominada “Ouro Branco”, bem como conhecer o andamento das investigações e das providências adotadas pelos órgãos governamentais competentes em relação aos graves fatos que apontaram a ocorrência de comercialização de leite longa vida adulterado com substâncias supostamente nocivas ao organismo humano. A adulteração teria sido feita com base em uma fórmula criada pelo Químico Pedro Renato Borges e adotada por varias cooperativas principalmente no Estado de Minas Gerais. .

Recordo que esse assunto foi amplamente divulgado pela imprensa, e que foi questionada a eficiência dos procedimentos adotados pelo Ministério da Agricultura e a Anvisa, quanto à fiscalização da cadeia produtiva do leite.

Considerando que os fatos divulgados lançaram justificada desconfiança no consumidor quanto à qualidade dos citados produtos, esta Comissão participou, em 14 de novembro de 2007, atendendo a Requerimento do ilustre Deputado Julio Delgado, de audiência conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para ouvir o posicionamento das principais autoridades setoriais e representantes de entidades interessadas na questão.



Naquela oportunidade compareceram o Ministro da Agricultura, Deputado Reinhold Stephanes, acompanhado do Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério, Sr. Inácio Afonso Kroetz, e do senhor Nelmon Oliveira da Costa, Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal-DIPOA, bem como a Diretora da Anvisa, Maria Cecília Martins Brito, o Senhor Ronaldo Ernesto Scucato, Vice- presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras- OCB e o Senhor Rodrigo Sant'ann Alvim, Presidente da Comissão Nacional do Leite da Confederação Nacional da Agricultura-CNA .

A audiência conjunta deixou a desejar em razão do foco ter sido direcionado mais para o campo de interesse da Comissão de Agricultura e também pelo fato das investigações ainda não estarem concluídas e as providências corretivas estarem ainda em fase de cogitação ou início de implementação.

Lembro que na época chegou a ser cogitada a criação de uma CPI para investigar a questão.

Buscando dar continuidade a coleta de informações de interesse dessa Comissão, que viessem a esclarecer com mais profundidade os fatos e conhecer os seus desdobramentos, apresentei, em 6 de dezembro, três Requerimentos de Informações, dirigidos aos Ministros da Agricultura, da Justiça e da Saúde.

No prazo constitucional, o Ministro da Agricultura respondeu ao requerimento. O Ministro da Justiça informou da impossibilidade de responder aos quesitos formulados , alegando que o Inquérito instaurado na Vara de Uberaba está protegido por “Segredo de Justiça”.

Hoje, dia 18 de março, transcorridos 42 dias da data limite para atendimento do requerimento (06/02/08), recebi a resposta do Ministério da Saúde, protocolada nesta Casa em 13 de março de 2008, apresentando o posicionamento da Anvisa às questões formuladas.

Entendo que esta Comissão, no exercício de sua competência institucional de defesa do consumidor, deva retomar o exame da matéria, objetivando conhecer toda a extensão do problema- suas causas, consequências e as



medidas adotadas pelos órgãos competentes, com enfoque sobretudo no campo da defesa do consumidor.

Considerando a importância do assunto e as respostas recebidas dos Ministérios, apresento o presente requerimento propondo a realização de nova reunião de audiência pública, para darmos continuidade ao exame da matéria, com a presença de representantes dos principais órgãos governamentais competentes, das entidades privadas interessadas e especialistas no setor. Considero importante que esta audiência seja realizada em âmbito mais técnico, daí porque entendo ser importante a presença do Diretor do Departamento de Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, do Diretor atual da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Dr. Celso Roberto analista do DIPOA/MA e responsável pelos Lanagros. O convite ao ex- Secretário do Ministério, dr. Gabriel Maciel deve-se ao fato de ter sido o responsável pela Instrução Normativa-IN nº 68, de 2006, que estabelece métodos analíticos para controle de leite e derivados. Julgamos também importante ouvir o representante da Associação Brasileira dos Produtores de Leite Longa Vida, ao invés de convidar isoladamente as empresas alcançadas pela investigação. Indicamos ainda um renomado professor e especialista neste setor, que presta serviço a EPAMIG e ao Instituto Cândido Tostes.

Peço, assim, o apoio de meus pares para a aprovação do presente requerimento

Sala da Comissão, em de março de 2008

Deputado José Carlos Araújo